

ESCOLA SALESIANA SÃO JOSÉ
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À

Escola Salesiana São José.

A/C: Administradores

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Escola Salesiana São José (entidade) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às empresas de pequeno e médio porte, e entidade sem fins lucrativos (ITG 2002 - R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser

que a administração pretenda liquidar a entidade e ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas

evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 16 de abril de 2025.

Atenciosamente,

Wesley Abra de Assis
Contador - CRC/SP 288527/O-6
Consulcamp Auditoria
CRC 2SP024818/O-5

Escola Salesiana São José**Balço Patrimonial****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	217.236	92.421	Empréstimos e financiamentos	10	120.705	617.705
Anuidades a receber	5	2.589.476	2.410.976	Fornecedores	11	176.984	129.972
Estoques		101.895	132.651	Contas a pagar de partes relacionadas	12	1.098.106	1.558.177
Tributos a recuperar	6	571.797	376.578	Tributos a pagar	13	176.923	134.320
Adiantamentos Fornecedores		37.439	32.905	Obrigações sociais e trabalhistas	14	1.289.000	900.897
Outras contas a receber	7	<u>277.788</u>	<u>342.591</u>	Adiantamentos de mensalidades e anuidades	15	1.672.219	1.437.856
		3.795.631	3.388.122	Outros valores a pagar		<u>4.095</u>	<u>-</u>
						4.538.032	4.778.927
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Depósitos judiciais		-	197.123	Contas a pagar de partes relacionadas	12	10.668.990	10.401.512
Imobilizado	8	138.231.345	139.684.390	Provisões para contingências	16	<u>-</u>	<u>124.998</u>
Intangível	9	<u>36.505</u>	<u>23.188</u>			10.668.990	10.526.510
		138.267.850	139.904.701	Total do passivo		15.207.022	15.305.437
				Patrimônio Líquido			
				Patrimônio Social		14.969.224	16.990.553
				Superávit ou Déficit do Exercício		(1.130.927)	(2.723.927)
				Ajustes de avaliação patrimonial		<u>113.018.160</u>	<u>113.720.758</u>
				Total do Patrimônio Líquido		126.856.457	127.987.384
Total do ativo		<u>142.063.481</u>	<u>143.292.821</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>142.063.481</u>	<u>143.292.821</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Escola Salesiana São José
Demonstração do resultado do exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	2024	2023
Receitas das atividades educacionais	18	19.108.822	16.252.821
Contribuições de anuidades escolares		26.626.090	22.757.531
Outras contribuições educacionais		91.468	163.759
Devolução de anuidades		(354)	(20.429)
Bolsas de Estudo - Parciais		(361.487)	(269.641)
Bolsas de Estudo - Integrais		(3.099.708)	(2.935.983)
Bolsas de Estudo - Acordo coletivo		(1.381.814)	(1.142.995)
Demais gratuidades concedidas		(216.015)	(296.935)
Descontos Financeiros		(2.549.358)	(2.002.485)
Outras Receitas		1.536.203	1.196.804
Aluguéis		948.951	930.907
Recuperação de Despesas		60.943	5.111
Outras receitas		526.309	260.787
Total de Receitas		20.645.025	17.449.626
Custo dos serviços prestados		(12.634.944)	(11.639.510)
Com Programas / Atividades de Educação	19	(12.634.944)	(11.639.510)
Superávit Operacional Bruto		8.010.082	5.810.116
Despesas operacionais	20	(9.090.836)	(8.434.339)
Salários		(3.572.234)	(3.267.265)
Encargos Sociais		(229.473)	(219.210)
Impostos e Taxas		(357.887)	(499.610)
Aluguéis		(725.795)	(700.138)
Serviços contratados de terceiros		(998.773)	(904.604)
Material de uso e consumo		(482.294)	(502.030)
Despesas gerais		(2.021.936)	(1.749.700)
Provisões para contingências		(72.124)	-
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa		(204.476)	(60.772)
Outras despesas operacionais		(425.843)	(531.009)
ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDO	21	(50.172)	(99.703)
Receitas Financeiras		764.257	801.970
Despesas Financeiras		(814.429)	(901.674)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO		(1.130.927)	(2.723.927)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Escola Salesiana São José
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit ou Déficit do Exercício</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Total do Patrimônio Líquido</u>
Em 1º de janeiro de 2023	<u>20.292.434</u>	<u>(3.301.881)</u>	<u>113.720.760</u>	<u>130.711.313</u>
Déficit do Período	-	(2.723.927)	-	(2.723.927)
Transferência de Déficit do período	<u>(3.301.881)</u>	<u>3.301.881</u>	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	<u>16.990.553</u>	<u>(2.723.927)</u>	<u>113.720.760</u>	<u>127.987.384</u>
Transferência de Déficit	(2.723.927)	2.723.927	-	-
Superávit / Déficit do Período	-	(1.130.927)	-	(1.130.927)
Ajuste de avaliação patrimonial	<u>702.598</u>	-	<u>(702.598)</u>	-
Em 31 de dezembro de 2024	<u>14.969.224</u>	<u>(1.130.927)</u>	<u>113.018.162</u>	<u>126.856.457</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Escola Salesiana São José
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Superávit / (Déficit) do Exercício	(1.130.927)	(2.723.927)
Ajustes do lucro (prejuízo) líquido		
Provisões para contingências	72.124	-
Depreciação e amortização	1.555.862	1.733.977
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	204.476	60.772
Baixa de Ativos Imobilizados	59	652
Atualização monetária de impostos	(195.218)	-
Superávit / (Déficit) ajustado	506.377 -	(928.526)
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Anuidades a Receber	(382.976)	(219.069)
Valores a receber de partes relacionadas	-	-
Estoques	30.755	(21.523)
Adiantamentos Fornecedores	(4.535)	(14.087)
Outras contas a receber	64.803	(115.163)
Fornecedores	47.012	(49.095)
Tributos a pagar	42.604	(1.156.288)
Obrigações sociais e trabalhistas	388.103	163.197
Adiantamentos de mensalidades e anuidades	234.363	(72.027)
Outros valores a pagar	4.095	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	930.600 -	(1.484.055)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Compra de ativo imobilizado	(116.193)	(70.140)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(116.193)	(70.140)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Obtenção de empréstimos	-	616.048
Obtenção de empréstimos - Partes Relacionadas	(192.592)	(48.879)
Quitação de empréstimos	(497.000)	-
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(689.592)	567.169
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	124.815 -	(1.915.552)
Caixa e equiv. De caixa no início do período	92.421	2.007.973
Caixa e equiv. De caixa no fim do período	217.236	92.421
Varição no caixa e equivalente de caixa	124.815	(1.915.552)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Escola Salesiana São José, com sede em Campinas, Estado de São Paulo, à Av. Almeida Garret, 267 - Jardim N. S. Auxiliadora, CEP. 13087-290, de caráter educacional, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (C.N.P.J.) sob o nº 46.066.296/0001-44, foi constituída sob a forma de Sociedade Civil sem Fins Lucrativos, tendo como objetivo principal a prestação de Serviços Educacionais de nível Infantil, Fundamental, Médio e Técnico, a concessão de subsídios a obras sociais e a prática de filantropia. A Entidade promove atividades de Assistência Social em sua sede através do Centro Profissionalizante Dom Bosco.

As Demonstrações Contábeis incluem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, e Demonstração dos Fluxos de Caixa, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas notas explicativas.

A autorização para a emissão das Demonstrações Contábeis foi dada pela Diretoria em 28 de março de 2024.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir, as quais vêm sendo aplicadas de modo consistente e uniforme em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de Preparação e Apresentação

As demonstrações contábeis estão preparadas em conformidade com o CPC PME (R1) - NBC TG 1000 (R1), aprovado pela Resolução CFC Nº 1.255/09, que requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento, por parte da administração da Entidade, no processo de aplicação das políticas contábeis, e também a Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 (R1), aplicável às Entidades Sem Finalidade de Lucros, com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como a legislação fiscal e tributária. Estão sendo divulgadas de forma comparativa às do exercício anterior.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas

premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, são as provisões para contingências (Nota 17), a determinação das vidas úteis do ativo imobilizado (Nota 09) e a avaliação das condições socioeconômicas para concessão de bolsas de estudos e gratuidades (Nota 03).

2.4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.5. Contas a Receber

Referem-se a direitos a receber de alunos pela contraprestação de serviços educacionais, deduzido de estimativa para Perdas, constituída para fazer face aos valores incobráveis por inadimplência dos devedores. Para a constituição de provisão perdas a entidade adota o seguinte critério: a) Para os títulos vencidos que estão em cobrança judicial ou extrajudicial há mais de 5 anos, reconhece uma estimativa de perda de 50%; b) Para os títulos em aberto entre 3 e 5 anos, reconhece uma estimativa de perda de 30%; c) Para títulos vencidos a menos de 3 anos, reconhece uma estimativa de perda de 20%.

2.6. Impostos a recuperar

Referem-se ao processo n° 5008201- 59.2018.4.03.6105 que está em tramite perante a 02a Vara da Justiça Federal de Campinas - SP para a restituição dos valores pagos PIS s/folha de pagamento dos meses de agosto/2016 a julho/2020, devido a decisão do juiz determinando imunidade tributária para escola (processo judicial n° 0008507-80.1999.4.03.6105 (Ação Declaratória de Imunidade de Contribuições Sociais).

2.7. Imobilizado

Inicialmente registrado ao custo de aquisição. A mensuração subsequente dos edifícios e terrenos está apresentada pelo custo atribuído (*deemed cost*).

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa n° 08, reconhecidos no resultado do exercício e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens, estando sujeitos à análise sobre sua recuperabilidade.

Os ganhos e as perdas em alienação são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas operacionais.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

2.8. Intangível

Avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Está representado basicamente por licenças de softwares adquiridas, que são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo dos softwares para sua utilização. Os gastos com o aperfeiçoamento ou a expansão do desempenho dos softwares para além das especificações originais são acrescentados ao custo original do software. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas.

2.9. Avaliação do Valor Recuperável de Ativos (Teste de “Impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.10. Matrículas e Anuidades recebidas antecipadamente

Como prática de negócio e mercado de atuação da Entidade, as matrículas do ano letivo seguinte iniciam-se ao final do exercício social em curso. Conseqüentemente são reconhecidas como anuidades antecipadas, no Passivo Circulante. As mensalidades de períodos subsequentes recebidas antecipadamente pela Entidade no exercício social em curso serão reconhecidas no Resultado do Exercício, de acordo com o regime de competência.

2.11. Fornecedores e Contas a Pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, classificadas como Passivo Circulante (vencimento até 12 meses) e Passivo Não Circulante (vencimento após 12 meses).

2.12. Impostos e Contribuições a Recolher

Referem-se às retenções de contribuições e impostos na folha de pagamento, sobre pagamentos de serviços a pessoas físicas e jurídicas, bem como demais tributos inerentes a manutenção das atividades da entidade, cujo vencimento ocorrerá em até 12 meses.

2.13. Provisões para Contingências

A Instituição efetua o reconhecimento de provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos) quando há uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e seja provável

a saída de recursos necessária para liquidar a obrigação, bem como o valor tiver sido estimado com segurança.

2.14. Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no Balanço Patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no Balanço Patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como Circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como Não Circulantes.

2.15. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, os Ajustes da Avaliação Patrimonial e o Déficit do exercício corrente, o qual, após apreciação e autorização de sua Diretoria em Assembleia Geral, será incorporado ao Patrimônio Social.

2.16. Aplicação de Recursos

Os recursos da Entidade são aplicados em suas finalidades institucionais em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrado por suas despesas e seus investimentos patrimoniais.

2.17. Imunidade Tributária

Uma vez que a Entidade não distribui parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação nos resultados, aplica integralmente no País os recursos para manutenção de seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune de impostos federais e estaduais incidentes sobre seu patrimônio, sua renda e seus serviços (Constituição Federal, artigo 150, e Código Tributário Nacional, artigo 14).

2.18. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Entidade restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, contas a receber e fornecedores, em condições normais de mercado. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, a rentabilidade e a minimização de riscos. A Entidade não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

2.19. Reconhecimento de Receitas e Despesas

A receita de serviços inclui mensalidades, matrículas, taxas de inscrições em cursos e vestibulares e outras prestações de serviços, sendo registrada no mês em que os serviços são prestados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. A receita é apresentada líquida dos abatimentos e descontos e das devoluções de serviços.

Os custos e despesas estão sendo registrados pelo princípio de competência do exercício.

As gratuidades concedidas estão sendo apresentadas na Nota nº 3 e se encontram em conformidade com a Lei Complementar nº 187/2021.

3. Concessão de Gratuidades

Composição das Gratuidades - Educação

As informações apresentadas referentes às Gratuidades estão registradas na contabilidade, são suportadas pelo Departamento Financeiro da Entidade e serão objeto de análise pelo Ministério da Educação na renovação da Certificação da Entidade, conforme os requisitos previstos na Lei Complementar 187, de 16 de dezembro de 2021, e Decreto 11.791, de 21 de novembro de 2023.

A Entidade com atuação na área de educação deve conceder anualmente bolsas de estudos 100% e 50% conforme os parâmetros da Lei complementar 187, observando os critérios socioeconômicos, sem qualquer forma de discriminação, segregação ou vedada a utilização de critérios étnicos, religiosos, corporativos, políticos ou quaisquer outros que afrontem esse perfil, ressalvados os estabelecidos na legislação vigente.

O cálculo a seguir é pautado nos ditames contidos na Lei Complementar 187, de 16 de dezembro de 2021, e Decreto 11.791. de 21 de novembro de 2023.

Considerando-se que:

- Número total de alunos matriculados no ESSJ: 1.270
- Número total de alunos pagantes no ESSJ: 1009
- Número total de alunos bolsas Convenção Coletiva sem perfil: 69
- Número total de alunos com bolsa de 100%: 192
- Número total de alunos com bolsa de 50%: 35
- Número total de alunos com autorização salesiana 100%: 2
- Número total de alunos inadimplentes há mais de 90 dias que deixaram de renovar matrícula: 21

Cálculo dos benefícios complementares:

Montante dos custos realizados pela entidade com os benéficos complementares	R\$ 91.468,20
<hr/>	
Receita Bruta Anual de Mensalidades	R\$ 25.904.032,97
<hr/>	
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	1.249
<hr/>	
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	R\$ 20.756,44
<hr/>	
Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares	4
<hr/>	
Número de benefícios complementares utilizado no cálculo	4

1 -) Análise das bolsas concedidas face as exigências legais:

1.1-) Verificação do total de bolsas necessárias:

$$\begin{array}{r}
 5 \quad \text{-----} \quad 1 \\
 1009 \quad \text{-----} \quad X \\
 \\
 X = 202 \text{ bolsas } 100\%
 \end{array}$$

A ESSJ deveria conceder 202 bolsas de 100% para perfil socioeconômico conforme a legislação e concedeu 192 bolsas e 4 bolsas convertidas em benefícios complementares, portanto 196, faltaram 6 bolsas 100% que podem ser preenchidas com bolsas 50%. Passemos a esta análise.

1.2-) Checagem do número mínimo de bolsas 100% que deveriam ser concedidas:

A legislação determina que sejam concedidas, no mínimo, 1 bolsa de 100% para cada 9 alunos pagantes, vejamos:

$$\begin{array}{r}
 9 \quad \text{-----} \quad 1 \\
 1009 \quad \text{-----} \quad Y
 \end{array}$$

$Y = 112$ bolsas 100% (número mínimo de bolsas que deveriam ser concedidas).

A ESSJ preencheu este requisito legal, pois concedeu 196 bolsas 100%, quando deveria ter concedido, no mínimo, 112.

1.3-) Checagem da complementação de bolsas 50% às bolsas de 100%:

Escola Salesiana São José
Notas explicativas da administração
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

Considerando-se que foi preenchido o requisito de número mínimo de bolsas de 100% concedidas, a Instituição pode complementar as faltantes com bolsas de 50%.

Vejamos:

Conforme item 1.1 acima, verificou-se que faltaram 6 bolsas de 100% e, tendo em vista que a Instituição concedeu acima do número mínimo de bolsas 100% (item 1.2 acima), é possível complementar com bolsas de 50%.

Considerando-se o entendimento do MEC, faltaram 6 bolsas de 100%, a Instituição deveria ter concedido, no mínimo, 12 bolsas de 50% para complementar as de 100%.

Tendo em vista que foram concedidas 35 bolsas de 50% e 84 bolsas a mais de 100%, pode-se afirmar que a ESSJ cumpriu os requisitos legais ao conceder 196 bolsas de 100% e 35 bolsas de 50%.

- ✓ A entidade utiliza bolsas equivalentes a benefícios complementares para cálculo dos índices.
- ✓ A concessão de todas as bolsas contabilizadas foi precedida de análise do perfil socioeconômico das famílias, com estudos feitos por assistentes sociais devidamente capacitadas, verificação de documentos e visitas domiciliares, quando pertinente.

A Escola Salesiana São José preencheu todos os requisitos legais e concedeu acima do número mínimo de bolsas de 100%, 50% e benefícios complementares exigidos por lei.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa	2024	2023
Caixa	3.000	3.000
Bancos	4.652	343
Aplicações Financeiras	209.584	89.078
Total	217.236	92.421

5. Anuidades a receber

Anuidades a receber	2024	2023
Anuidades a receber - ano corrente	718.363	571.356
Anuidades a receber - Anteriores ao ano corrente	376.921	176.292
Anuidades - Cobrança jurídica	773.203	1.458.144
Anuidades - Cobrança em poder de terceiros	70.696	90.627
Acordos judiciais	1.366.421	956.138
Acordos extrajudiciais	266.086	262.709
Acordos a Receber - Tesouraria	1.360	1.360
(-) Estimativas de perdas em créditos de liquidação duvidosa	(983.576)	(1.105.649)
Total	2.589.476	2.410.976

Escola Salesiana São José
Notas explicativas da administração
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 31 de dezembro de 2024, a análise do vencimento de saldos de anuidades a receber é a seguinte:

	2024	2023
Vencidos		
Até 365 dias:	718.363	571.356
Acima de 365 dias:	2.854.688	2.945.269
	3.573.052	3.516.625
<i>Em cobrança jurídica</i>	2.139.625	2.414.281
<i>Em cobrança administrativa</i>	713.704	529.628
(-) Estimativas de perdas em créditos de liquidação duvidosa	(983.576)	(1.105.649)
	2.589.476	2.410.976

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2024	2023
Saldo inicial	(1.105.649)	(1.044.877)
Baixas	198.327	-
Adições	(76.254)	(60.772)
Saldo final	(983.576)	(1.105.649)

6. Tributos a recuperar

Os saldos para o grupo em 31 de dezembro de 2024 são demonstrados a seguir:

Tributos a recuperar	2024	2023
Pis s/ folha a recuperar	571.797	376.578
TOTAL	571.797	376.578

7. Outras contas a receber

Os saldos para o grupo em 31 de dezembro de 2024 são demonstrados a seguir:

Circulante		
Outras contas a receber	2024	2023
Cartão de Crédito - Rede	258.203	324.596
Antecipação Férias	7.113	8.544
Despesas antecipadas	12.472	9.451
Total	277.788	342.591

Escola Salesiana São José
Notas explicativas da administração
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

8. Ativo Imobilizado

Imobilizado	Benfeitorias	Terrenos	Máq. e Equiptos	Áudio Visual	Brinquedos, Instrumentos musicais e Material pedagógico	Equiptos de Informática	Móveis e Utensílios	Imóveis e instalações / Capelas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	1.705.747	114.997.318	63.978	51.995	8.934	8.268	174.385	24.325.376	141.336.000
Aquisições	-	-	16.430	3.574	3.960	34.590	9.161	2.426	70.140
Baixas	-	-	-	(641)	-	-	(6)	-	(647)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações	(811.256)	-	(12.189)	(10.893)	(4.523)	(9.388)	(47.522)	(825.333)	(1.721.104)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	894.491	114.997.318	68.219	44.034	8.371	33.470	136.018	23.502.468	139.684.389
Aquisições	-	-	6.463	1.486	-	79.197	8.823	1.279	97.248
Baixas	-	-	(398)	-	-	(8.037)	-	(789)	(9.224)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações	(627.798)	-	(10.601)	(8.528)	(2.977)	(20.790)	(45.036)	(825.338)	(1.541.069)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	266.693	114.997.318	63.683	36.992	5.394	83.840	99.805	22.677.620	138.231.345

9. Ativo intangível

A movimentação referente ao grupo, e saldo em 31 de dezembro de 2024, é apresentada a seguir:

Intangível	Softwares
Saldos em 1º de janeiro de 2023	36.067
Adições	-
Baixas	-
Transferências	-
Amortizações	(12.879)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	23.188
Adições	27.771
Baixas	-
Transferências	-
Amortizações	(14.455)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	36.505

10. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos em sua totalidade se referem a linha cheque empresarial utilizada pela Entidade para aplicação de recursos em suas atividades normais. Os saldos em 31 de dezembro de 2024 para o grupo são apresentados a seguir:

Empréstimos e Financiamentos	Contrato	Conta Corrente	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Moeda	Garantias
			2024	2023	2024	2023		
Linha - Cheque Empresarial - Banco Itaú		44024-7	120.000	617.000	0	0	Real	Não há
Linha - Cheque Empresarial - Banco Itaú	67000655000	65500-0	705	705	0	0	Real	Não há
Total			120.705	617.705	0	0		

11. Fornecedores

Os saldos em 31 de dezembro de 2024 para o grupo são compostos em sua quase totalidade de títulos a vencer em 2022. Os valores são apresentados a seguir:

Fornecedores	2024	2023
Nacionais	176.984	129.972
Total	176.984	129.972

Escola Salesiana São José
Notas explicativas da administração
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

12. Partes Relacionadas

A Instituição faz parte do grupo de Escolas Salesianas e mantém transações com a unidade Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora e a Inspetoria Salesiana de São Paulo

Em 2018, a instituição, através de Convênio Filantrópico de Educação e de Assistência Social, obteve empréstimo junto ao Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora, como aporte financeiro para a execução de seus objetivos estatutários e a necessidade de Capital de giro no montante de R\$ 5.400.000,00. Em 31 de dezembro 2022, perante o acréscimo de juros, o montante era de R\$ 5.494.296 (6.554.315 - 2021). Em 31 de dezembro 2024, perante o acréscimo de juros e a diminuição devido aos pagamentos que começaram a ser feitos em maio de 2023, o montante ficou com o saldo de R\$ 5.434.456 (R\$ 5.649.530 em 2023).

Em 2022, a instituição, através de Contrato de Mútuo, obteve empréstimo junto a Inspetoria Salesiana de São Paulo, motivado pela Pandemia de Covid-19 como aporte financeiro para a execução de seus objetivos estatutários e a necessidade de Capital de giro no montante de R\$ 4.000.000,00 em março e em setembro R\$ 700.000,00. Em 31 de dezembro 2022, perante o acréscimo de juros, o montante era de R\$ 6.514.272 (1.522.613 - 2021). Em 31 de dezembro 2024, perante o acréscimo de juros e a diminuição devido aos pagamentos que começaram a ser feitos em fevereiro de 2023 de um dos empréstimos, o montante ficou com o saldo de R\$ 6.332.641 (R\$ 6.310.159 - 2023).

Abaixo é apresentado as classificações dos valores:

Partes Relacionadas	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	2024	2023	2024	2023
Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora	240.000	540.000	5.194.456	5.109.530
Inspetoria Salesiana de São Paulo	858.106	1.018.177	5.474.535	5.291.982
TOTAL	1.098.106	1.558.177	10.668.990	10.401.512

13. Tributos a pagar

Os saldos em 31 de dezembro de 2024 são apresentados a seguir:

Circulante		
Tributos a pagar	2024	2023
PIS, COFINS e CSLL retidos	1.016	894
ISS a recolher	1.312	1.542
IRRF sobre salários a recolher	173.988	131.768
IRRF a recolher	364	117
Pis Lei 10833/03 - 5952 - 5979	96	-
CSLL - Lei 10833/03 - 5987	147	-
Total	176.923	134.320

Escola Salesiana São José
Notas explicativas da administração
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

14. Obrigações sociais e trabalhistas

Obrigações sociais e trabalhistas	2024	2023
Salário a Pagar	454.356	377.606
Férias a Pagar	497.706	308.197
Pensão Alimentícia a Pagar	1.907	1.020
INSS a Recolher	73.220	64.806
FGTS a Recolher	199.266	97.125
FGTS S/Férias	39.816	24.656
Contribuições Sindicais	1.189	1.182
Empréstimo Consignado	21.538	26.305
Total	1.289.000	900.897

15. Adiantamentos de mensalidades e anuidades

Adiantamentos de mensalidades e anuidades	2024	2023
Mensalidades Antecipadas	400.412	419.162
Mensalidades Antecipadas - 1º Plano 12	69.413	79.154
Mensalidades Antecipadas - 1º Plano 13	1.148.820	907.636
Mensalidades Antecipadas - Pleno	53.498	31.901
Encargos financeiros	77	3
Total	1.672.219	1.437.857

16. Provisões para contingências

A entidade realizou provisões em montante considerado suficiente para todos os processos apontados pelos assessores jurídicos como risco de perda provável. A seguir apresentamos um quadro resumido dos valores contabilizados:

Provisões	2024	2023
Cíveis	-	124.998
Total	-	124.998

A seguir são apresentadas as movimentações inerentes as provisões:

	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	124.998	-	124.998
Baixa	-	(124.998)	-	(124.998)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-

Segundo os assessores jurídicos, não foram estimados processos possíveis de perda, logo nenhuma contabilização é requerida conforme seção 21, NBC TG 1000 (R1).

17. Isenções usufruídas

A Escola Salesiana São José é uma Entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda (com base no artigo 150 da Constituição Federal) e isenta do recolhimento da contribuição social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Entidade, destacamos os seguintes

Cota Patronal do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - isenta dessa contribuição, possuindo o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), por meio do processo nº 23000.014956/2018-21 teve renovado a certificação com validade pelo período de 15/03/2019 a 14/03/2022, já protocolado tempestivamente o processo nº 23000.010208/2021-75 consta em análise.

COFINS - em relação a essa contribuição, a MP nº 2.185-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de Fevereiro de 1999, são isentas da COFINS as receitas relativas às atividades próprias das instituições de educação e assistência social a que se refere o Artigo 12 da Lei nº 9.532/97; todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo as contribuições e doações e anuidades ou mensalidades de seus associados e mantenedores ou recursos recebidos de terceiros, destinadas ao custeio e a manutenção da instituição e execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional. A isenção das contribuições previdenciárias usufruídas nos exercícios está composta dos seguintes valores:

Descrição	2024	2023
Cota Patronal do INSS	2.808.312	2.599.586

Os encargos tributários e as contribuições apuradas e recolhidas pela Entidade estão sujeitos a revisões futuras por parte das autoridades fiscais em prazos legais de prescrição variáveis, consoante com a legislação específica.

18. Receitas líquida dos serviços prestados

	2024	2023
Anuidades Escolares	25.904.033	22.153.698
Anuidades Pleno	688.628	548.151
Outras taxas escolares	33.429	37.035
(-) Bolsas de estudo		
(-) Bolsas parciais (50%)	(361.487)	(269.641)
(-) Bolsas integrais (100%)	(3.099.708)	(2.935.983)
(-) Bolsas acordo coletivo	(1.381.814)	(1.142.995)
(-) Descontos concedidos	(2.549.358)	(2.002.485)
(-) Devoluções	(354)	-
Outras contribuições educacionais		
M. Didático - CPDB - Apoio Bolsistas	17.641	13.552
Vale Transp. - CPDB - Apoio Bolsistas	62.784	132.717
Uniformes - CPDB - Apoio Bolsistas	11.043	15.537
Lanches - CPDB - Apoio Bolsistas	-	171

Escola Salesiana São José
Notas explicativas da administração
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

(-) Demais gratuidades concedidas		
<i>M. Didático - CPDB - Apoio Bolsistas</i>	(17.641)	(13.552)
<i>Vale Transp. - CPDB - Apoio Bolsistas</i>	(62.784)	(132.717)
<i>Uniformes - CPDB - Apoio Bolsistas</i>	(11.043)	(15.537)
<i>Lanches - CPDB - Apoio Bolsistas</i>	-	(171)
<i>Demais gratuidades</i>	(124.547)	(134.958)
Receitas	19.108.822	16.252.821

19. Custos dos serviços prestados

Custo dos serviços prestados	2024	2023
Salários	(9.209.411)	(8.095.922)
Encargos Sociais	(673.566)	(617.076)
Materiais	(107.790)	(90.094)
Depreciação e Amortização	(1.555.862)	(1.733.977)
Água	(667.446)	(694.815)
Energia Elétrica	(420.870)	(407.626)
Total	(12.634.944)	(11.639.510)

20. Despesas operacionais

Despesas operacionais	2024	2023
Salários	(3.572.234)	(3.267.265)
Encargos Sociais	(229.473)	(219.210)
Impostos e Taxas	(357.887)	(499.610)
Aluguéis	(725.795)	(700.138)
Serviços contratados de terceiros	(998.773)	(904.604)
Material de uso e consumo	(482.294)	(502.030)
Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	(204.476)	(60.772)
Provisão para Contingências	(72.124)	-
Despesas gerais		
<i>Gastos médicos</i>	(894.125)	(838.212)
<i>Gêneros alimentícios</i>	(360.206)	(251.638)
<i>Anúncios e publicações</i>	(231.086)	(156.436)
<i>Telefone</i>	(49.625)	(51.627)
<i>Demais despesas gerais</i>	(486.895)	(453.427)
Outras despesas/receitas operacionais	(425.843)	(529.369)
<i>Alienação de Imobilizado</i>	(59)	(652)
<i>Convênios filantrópicos</i>	(363.000)	(396.000)
<i>Outras operacionais</i>	(62.784)	(132.717)
Total	(9.090.836)	(8.434.339)

21. Encargos financeiros líquidos

Receitas (Despesas) Financeiras	2024	2023
Receitas Financeiras		
Rendimentos de Investimentos	34.304	98.657
Descontos Obtidos	2.993	320.208
Juros Ativos	726.960	383.104
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(53.470)	(61.958)
Juros e Comissões Bancárias	(9.944)	(37.720)
Juros Passivos	(16.546)	(2.732)
Variação Monetária Passiva	(715.638)	(789.580)
IOF	(18.832)	(9.684)
Resultado Financeiro Líquido	(50.172)	(99.703)

22. Cobertura de seguros

A Entidade mantinha coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2024, com valor considerado pela Administração da Entidade suficiente para cobrir eventuais riscos de responsabilidades e sinistros inerentes a seus ativos de valores relevantes.

ESCOLA SALESIANA SÃO JOSÉ

Pe. Edson Donizetti Castilho
CPF: 072.506.718-71
Diretor Presidente

Nataly Monteiro Milanez Fernandes
CRC 1SP276220/O-6
Contadora